

ANEXO N.º 1

PROPOSTA/PLANO DE TRABALHO DE PROJETO DE PESQUISA ACADÊMICA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 004/2022

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

**DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO NO RS:
políticas e instrumentos de financiamento no âmbito público e privado**

À Comissão de Seleção da Chamada Pública 04/2022

Senhor(a) Presidente:

Pelo presente, apresentamos proposta e plano de trabalho para realização de projeto de pesquisa científica acadêmica, nos seguintes termos:

Dados cadastrais da IES proponente			
Nome da entidade: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)		CNPJ: 92959006/0008-85	
Endereço: Av. Unisinos, 950			
Município: São Leopoldo	UF: RS	CEP: 93022-750	Telefone: (51) 3590-8400
E-mail para contato: atendimento@unisinos.br			
Portarias de Reconhecimento do Ministério da Educação da IES e do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Portaria n.º 453/83, de 21-11-1983 (DOU de 22-11-1983)			
Nome do Responsável pela IES: Sérgio Eduardo Mariucci		CPF: 796.471.899-15	
C.I./ Órgão Expedidor: 4.692.367.7 – SSP/PR		Cargo: Reitor	
Dados do projeto de pesquisa científica acadêmica			
Título do projeto: DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO NO RS: políticas e instrumentos de financiamento no âmbito público e privado.			
Nome do Pesquisador Responsável: Ana Lúcia Goelzer Meira		CPF: 26384701049	

C.I./ Órgão Expedidor: RG 6003963367 – SSP RS	Cargo: Professora
Titulação do pesquisador responsável:	
O vínculo com a IES é em regime de tempo integral? () SIM (X) NÃO	

<p>Súmula curricular dos docentes integrantes da equipe de execução do projeto de pesquisa:</p> <p>Ana Lúcia Goelzer Meira</p> <p>Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Mestre e Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS; Curso de Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com aperfeiçoamento no <i>International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM)</i>, ligado à Unesco e sediado em Roma. Foi servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entre 1983 e 2013 e Superintendente Estadual do IPHAN no Rio Grande do Sul por dez anos. Atuou como Chefe da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural - EPAHC e Coordenadora da Memória Cultural na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Atualmente, é professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo, no curso de Especialização em Cidades: Gestão Estratégica do Território e no Mestrado Profissional em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Autora dos livros <i>O passado no futuro da cidade</i> (UFRGS, 2005) e <i>Das pedras aos lambrequins</i> (Unisinos, 2019). Foi coordenadora e pesquisadora em diversos projetos de pesquisa relacionados à temática do patrimônio, como “Preservação e valorização da paisagem urbana em núcleos da imigração alemã e italiana no RS”, “O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre nas décadas de 1970 a 90”, “O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção”, “Revitalização do Centro Antigo de São Leopoldo – REVITA”, “Referências urbanísticas e arquitetônicas das Missões Jesuítico-Guarani: o passado no presente do território sulino” e “Sustentabilidade e preservação do patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico”, sendo esses dois últimos ainda em andamento. Prêmio de Arquiteta do Ano em 2018 pelo SAERGS.</p> <p>Marcelo Arioli Heck</p> <p>Arquiteto e Urbanista graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Mestre (2015) e Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PROPUR/UFRGS (2022). Professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), na graduação em Arquitetura e Urbanismo e coordenador do curso de Especialização em Cidades: Gestão Estratégica do</p>
--

Documento assinado eletronicamente. Para verificar sua validade contate seus signatários. <https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps://validardocumentoscontent.aspx>

Território. Sócio da empresa Plural Consultoria em Planejamento Territorial, atuando como arquiteto e urbanista na área de planejamento territorial, estudos urbanísticos e projetos de requalificação e restauro patrimonial, com mais de 10.000m² de projeto executivo realizados na área. Integrante do Conselho Diretor do IAB RS (gestão 2020/2022), do Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT/UFRGS) e do Grupo de Trabalho Democracia Participativa, Sociedade Civil e Território do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV/UFRGS), por meio dos quais atuou como pesquisador em diversas pesquisas aplicadas da Universidade com Órgãos Públicos, incluindo os temas de patrimônio, paisagem e estudos de viabilidade urbanística, como o Projeto de Pesquisa para “Requalificação da Praça Dr. Alcides Marques e do Largo da Bandeira”, em Jaguarão/RS, por meio de um convênio com o IPHAN/RS.

Adalberto da Rocha Heck

Possui graduação em Faculdade de Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978), Pós-graduado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano da Universidade de Dortmund, Alemanha (1986) e Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2003). Atualmente é professor adjunto II e coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atua como professor na graduação em Arquitetura e Urbanismo e no curso de Especialização em Cidades: Gestão Estratégica do Território, ambos da Unisinos. Atuou como Secretário do Planejamento Municipal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e desde 2010 é Conselheiro Titular do Conselho de Patrimônio Cultural de São Leopoldo - COMPAC, representando a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, atuando também como pesquisador dos Projeto de Pesquisa e de Extensão “Revitalização do Centro Antigo de São Leopoldo - REVITA” e “REVITA II- Revisão do Inventário do Patrimônio Cultural Edificado de São Leopoldo”. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projetos da Edificação, atuando principalmente nos seguintes temas: política e administração da educação, urbanismo, patrimônio, educação, formação de professores e planejamento urbano/participação popular, administração e políticas públicas.

Alessandra Teribele

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina (1997). Especialização em Didática no Ensino Superior (2003) e Desenvolvimento de Projetos (2008). Mestrado em Arquitetura pela UFRGS (2011) e Doutorado em Arquitetura pela UFRGS (2016). Atualmente é professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (graduação e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo), pesquisadora associada do ITT Performance, editora da Arquitetura Revista e coordenadora

das especializações Arquitetura Comercial e Educação OnLife. Áreas de atuação: arquitetura com sistemas pré-fabricados, personalização em série, processos generativos e tecnologias digitais aplicadas à arquitetura. Atualmente trabalha em três projetos de pesquisas, atuando nos dois primeiros como coordenadora: 1) Arquitetura Industrializada Modular Volumétrica; 2) Tecnologias Digitais na Arquitetura Sustentável e, 3) O urbano e o pós-urbano como espaços de aprendizagem: formação de professores e pesquisadores na cultura híbrida e multimodal. O projeto de pesquisa com o tema de tecnologias digitais colabora para o projeto em questão, de patrimônio, pois agrega a questão tecnológica para processar dados e gerenciar informações relevantes.

Cristina Seibert Schneider

Doutora em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS (2017). Possui mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004) e especialização em Políticas e Gestão Cultural pela Organização dos Estados Ibero-americanos e Universidade Autônoma Metropolitana do México (2011). Graduada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2001). Cursando Especialização em Neurociência e Comportamento pela PUC/RS (2020). Desenvolveu projeto de pesquisa na Universidade de Valladolid na Espanha em 2001 e curso de atualização em Estatística Cultural no Ministério da Cultura da Espanha em 2009. É também professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS nos cursos de graduação, especialização e MBAs nas Escolas de Humanidades, Indústria Criativa, Gestão e Negócios desde 2008. Tem experiência na área de Gestão Cultural, com ênfase em Patrimônio Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão de projetos, comunicação e comportamento, negociação e gestão de conflitos, linguagens culturais e patrimônio cultural. Ganhadora do terceiro lugar no Prêmio Instituto Pensarte de Gestão Cultural/2007 em São Paulo e no Prêmio Famurs/Codic 2008 na modalidade Patrimônio e Memória e Prêmio CAU/RS 2020. Atualmente é Gestora Cultural nos projetos do Memorial da Cooperativa Santa Clara de Carlos Barbosa, Revitalização da Caixa Rural em Nova Petrópolis, Restauo do Casarão dos Veronese em Flores da Cunha, Revitalização do Parque Usina de Putinga, Casa Vidal em Taquara e Casa Merlin em Bento Gonçalves.

Achylles Costa Neto

Mestre pelo PROPAR/UFRGS na área de Teoria, História e Crítica da Arquitetura em 2003 estudando os desenhos da Arquiteta Lina Bo Bardi onde aprofundou seu estudo na representação gráfica da arquitetura. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela ULBRA em 1986. Professor na área de Expressão e Representação Gráfica do curso de Arquitetura e Urbanismo e Design de Produto da Unisinos. Tem

experiência na área de Arquitetura e Design, atuando principalmente na área de Expressão Gráfica. Desenvolve desenhos, croquis com aquarela de prédios históricos de Porto Alegre, participando do grupo *Urban Sketchers* Brasil de desenhos de locação, através da observação direta, seja em ambientes externos ou internos.

Leonardo Barci Castriota (consultor externo)

Arquiteto e Urbanista (1986), com doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000) e pós-doutorado junto ao Getty Conservation Institute (GCI) em Los Angeles (2001) e a Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. É Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL) e, desde dezembro de 2017, Vice-Presidente do ICOMOS internacional. Foi Vice-Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH), de 2012 a 2016. Publicou 25 artigos em periódicos especializados e 98 trabalhos em anais de eventos. Possui 35 capítulos de livros e 16 livros publicados e organizados. Possui 65 itens de produção técnica, entre os quais se destacam projetos de restauração, planos e projetos de conservação e reabilitação do patrimônio e de planejamento urbano, notadamente a coordenação de seis planos diretores municipais. Participou de 115 eventos, no exterior e no Brasil. Orientou 19 dissertações de mestrado, 30 monografias de conclusão de curso de especialização, além de ter orientado 42 trabalhos de iniciação científica nas áreas de arquitetura e urbanismo, filosofia e direito. Recebeu 9 prêmios e/ou homenagens. Atua na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em conservação e revitalização do patrimônio do planejamento e projeto do espaço urbano. Foi pesquisador da Rockefeller Foundation e do Getty Conservation Institute, sendo pesquisador com bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, desde 2002 e da FAPEMIG, com a bolsa de Pesquisador Mineiro, desde 2007. Tem atuação também em diversos cargos e conselhos na área do patrimônio, podendo se destacar a Diretoria de Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1993-1994), o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1995-2000), o Conselho Curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), sendo atualmente membro do Conselho Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Conselho Estadual do Patrimônio de Minas Gerais (CONEP-MG). Foi Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento de Minas Gerais (IAB-MG) (1999-2003) e Diretor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (2002-2006). Atualmente é subcoordenador do Mestrado Interdisciplinar em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (MACPS) na UFMG. Em seu

currículo Lattes, os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: patrimônio, arquitetura, planejamento urbano, revitalização, preservação, Brasil, conservação, cidade e história.

Eixo temático do edital ao qual a proposta está relacionada:

PATRIMÔNIO CULTURAL

Justificativa da proposta de projeto de pesquisa:

Existem diversas possibilidades de ações públicas e privadas associadas à preservação do patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico no Brasil e com ampla aplicação no estado do Rio Grande do Sul. No que se refere às políticas públicas, por vezes, tratam-se de ações desassociadas e/ou descontinuadas, de modo que a identificação de casos bem-sucedidos pode estabelecer um cenário de possibilidades para a efetiva consolidação de políticas públicas, estabelecendo, inclusive, possibilidades de parcerias não só entre entes públicos das distintas esferas, mas também com possibilidades de relações público-privadas. Por parte do setor privado, identifica-se que não há clareza, por parte das pessoas físicas, das empresas e das instituições, a respeito das possibilidades de apoio à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico. Desse modo, o apoio tende a ser inviabilizado devido especialmente ao desconhecimento, e não por um desinteresse no tema.

Em que pese as centenas de imóveis e espaços urbanos tombados nos âmbitos federal, estadual e municipal no RS, ainda se verificam grandes dificuldades em consolidar mecanismos de gestão pública e privada para viabilizar sua conservação física. Aos imóveis oficialmente protegidos, podem ser acrescidos muitos outros aos quais são atribuídos valores pela sociedade, mas que não foram tombados ou inventariados, ou seja, não foram ainda reconhecidos como patrimônio pelo Estado. Esses apresentam impedimentos ainda maiores, pois o reconhecimento oficial é, geralmente, um dos requisitos para aprovação dos projetos nas leis de incentivo.

Por parte da gestão pública, seja no nível federal, estadual ou municipal, verificam-se diversos instrumentos que visam à preservação do patrimônio. Entretanto, muitos estão desarticulados ou carecem de continuidade, inclusive em casos bem-sucedidos como o Programa Monumenta e o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC das Cidades Históricas, de parceria entre os três âmbitos de governo, ou ainda como a Lei de Incentivo à Cultura do Governo do Estado. Por outro lado, existem diversos projetos de restauro, requalificação e/ou reabilitação de bens patrimoniais realizados pela iniciativa privada, sendo um campo possível de ser identificado por meio de uma pesquisa aplicada.

A resolução nº 21 do CAU, que Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências, em seu artigo 2º, trata sobre as atribuições profissionais do arquiteto e urbanista, destacando-se aqui o item IV – “do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;”, especificando a ação de restauração como a “recuperação da unidade primitiva do edifício, monumento ou sítio e suas artes integradas”. A resolução nº 51 do mesmo Conselho (publicada em 2013 e revogada em 2019, estando ainda em tratativas com demais instituições de outras profissões) estabelece as atividades relacionadas ao patrimônio histórico-cultural e artístico como área privativa dos arquitetos e urbanistas. Mesmo em litígio, trata-se de campo de atuação profissional historicamente realizado por profissionais arquitetos e urbanistas, de modo que cabe às pesquisas acadêmicas e ao CAU estimular o fomento à contratação de projetos de restauração e à execução de obras.

No entanto, identifica-se uma série de dificuldades para a consolidação de uma política de preservação patrimonial no estado do Rio Grande Sul. Uma das questões a serem abordadas é a lacuna de conhecimentos e de críticas sobre ações já realizadas, de modo que uma pesquisa aplicada nos casos existentes no Rio Grande do Sul, poderá identificar exemplos que podem servir de base para a escolha do tipo de financiamento mais apropriado para novos projetos. Sabe-se que muitas intervenções foram bem-sucedidas no estado e podem servir de referência. No entanto, a falta de uma visão sistêmica destas ações, integrando atividades dos distintos níveis de governo, bem como a relação entre entes públicos e privados, englobando pesquisas acadêmicas, resultam em uma lacuna na efetivação da agenda relacionada ao patrimônio arquitetônico e urbanístico.

No âmbito acadêmico, já se identificam alguns estudos acerca dos temas relacionados à viabilidade econômico-financeira de ações patrimoniais, da gestão pública e privada associada ao patrimônio e suas aplicações, sendo muitas destas pesquisas aplicadas relacionadas com administrações municipais. Exemplos são as pesquisas “Revitalização do Centro Antigo de São Leopoldo - REVITA” e “REVITA II- Revisão do Inventário do Patrimônio Cultural Edificado de São Leopoldo”, realizadas pela Unisinos em parceria com a Prefeitura Municipal de São Leopoldo.

No âmbito estadual, por meio da Lei nº 10.646/96, foi instituído o sistema estadual de financiamento e incentivo às atividades culturais. Mais conhecida como LIC, possibilitou um aporte financeiro por meio de renúncia fiscal para as obras de restauração e, por meio de algumas modificações ao longo do tempo, hoje permite até a alocação de recursos para execução de projetos. Tornou-se uma fonte fundamental de viabilização econômica no âmbito do patrimônio no RS. Um fato relevante é que no ano de 2022, quando

será iniciada a pesquisa aqui proposta, será possível estudar um período de 25 anos de aplicação da Lei, o que é um intervalo significativo para entender o impacto econômico e cultural na preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico.

Descrição dos principais problemas a serem abordados:

Patrimônio cultural é uma construção social. Valores que variam com o tempo e o lugar são atribuídos aos bens culturais pela sociedade e determinam as escolhas das referências que irão permanecer para o futuro. A classe dos arquitetos e urbanistas, tradicionalmente, esteve diretamente envolvida nessas escolhas e, assim, os valores artísticos e históricos se sobrepuseram aos demais (paisagísticos, antropológicos, documentais, arqueológicos, afetivos etc.). Hoje, novos valores vêm ganhando espaço. Equivocadamente, estes valores por vezes são apresentados como elitistas, determinados em contraponto a escolhas mais democráticas em relação ao que se tornará patrimônio. Esse é um pensamento que deve ser contemporizado em favor da compreensão de que os posicionamentos dos técnicos, das comunidades, dos governos, das empresas, das instituições e das associações tem o direito de se manifestar e de disputar o reconhecimento dos patrimônios que as representam. Esse é o primeiro problema: o patrimônio cultural arquitetônico e urbano, tema deste projeto de pesquisa, é um campo de disputas. E os arquitetos e urbanistas tem de garantir e ampliar o seu espaço de atuação nesse campo.

No Rio Grande do Sul, o patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico ocupou, desde as primeiras décadas do século XX, um lugar proeminente nas ações de preservação. A proteção, por meio de legislação específica como o tombamento, e por legislações urbanas como planos diretores, códigos de obras e de posturas, permitiu que centenas de edificações e espaços urbanos fossem legados às futuras gerações. Em decorrência, essas centenas de bens protegidos, além de muitos outros que não foram oficialmente listados pelo Estado¹, mas que são valorizados pelas comunidades locais, devem receber ações de conservação por meio de manutenção, consolidação, restauração e outros tipos de intervenção.

No Brasil, as políticas públicas relacionadas à saúde, educação e cultura remontam à Era Vargas. Esses três pilares – gratuitos e para todos - estavam relacionados à construção de um país moderno e solidário, e foram incorporados na arquitetura e no urbanismo, como no edifício ícone do modernismo hoje conhecido como Palácio Capanema. Inserido na estrutura do então Ministério da Educação e Saúde encontrava-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN). O funcionamento da Instituição federal introduziu, de maneira sistemática, uma das principais formas de viabilização de projetos e obras

¹ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

de conservação e restauração no país: o investimento orçamentário direto que, aos poucos, passou a ocorrer nas demais instâncias de governo.

Há diversos projetos e obras no Rio Grande do Sul contratados pelos recursos orçamentários dos governos em nível federal, estadual e municipal desde as primeiras décadas do século XX. O Governo do Estado empreendeu obras de consolidação nas ruínas de São Miguel Arcanjo, na Região das Missões, em meados dos anos 1920. Essas obras tiveram caráter precursor no âmbito federal. Na década seguinte, novas intervenções foram realizadas pelo Governo Federal, sendo consideradas por Rodrigo Melo Franco de Andrade,² diretor do SPHAN durante trinta anos, como a primeira grande obra do Serviço no Brasil (Figura 1). O arquiteto Cyro de Oliveira Lyra³ considerou o relatório de Lucio Costa, que definiu os parâmetros e critérios a serem utilizados em São Miguel Arcanjo, como referência inicial para o método de trabalho adotado na Instituição, no Brasil inteiro, a partir de então.

Figura 1 – Consolidação dos remanescentes de São Miguel Arcanjo



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/RJ.

Quanto aos recursos orçamentários da União e do Estado, deve-se citar, particularmente, programas de cooperação como o Monumenta e o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Cidades Históricas, que tiveram impacto em dezenas de municípios e, sem dúvida, ampliaram o mercado de trabalho para arquitetos e urbanistas no caso específico do Rio Grande do Sul. No primeiro caso, tratava-se do programa do Ministério da Cultura voltado à requalificação de centros históricos urbanos no território nacional, que tinha como característica um modelo que relacionava a prática de restauração de edificações e espaços

² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seu tempo**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória, 1986.

³ LYRA, Cyro de Oliveira. **Casa vazia, ruína anuncia: a questão do uso na preservação de monumentos**. 2005. 333 p. Tese (Doutorado em Artes Visuais) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

públicos à sustentabilidade econômica e, particularmente, possibilidades de financiamento de imóveis privados via Caixa Econômica Federal (CEF). Além disso, havia incentivos a proprietários privados⁴.

As linhas de crédito do Monumenta foram aplicadas em dezenas de cidades do país. Vinculavam receitas a um fundo municipal destinado à requalificação e restauro de patrimônios arquitetônicos e urbanísticos. É reconhecido que Porto Alegre teve o melhor desempenho entre as cidades que se engajaram no programa nacionalmente no que se refere ao financiamento de imóveis privados pela CEF. Em um segundo momento, este projeto foi reestruturado por meio do PAC Cidades Históricas, programa descontinuado no cenário recente, acarretando a impossibilidade de obtenção de recursos. Ficou demonstrado, por meio das ações no Programa, que linhas de financiamento com condições favoráveis interessam aos proprietários privados (Figura 2). A arquiteta Briane Bicca, homenageada no Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em 2019 na cidade de Porto Alegre, faz uma consideração que poderia ser transposta para o âmbito estadual: “[...] a chave de tudo é o estabelecimento de um Programa Nacional de financiamento, para que a conservação de imóveis privados se torne uma política do país, como uma ação normal, corriqueira”.⁵

Figura 2 – Residência na Rua Riachuelo 933/937, restaurada com recursos do financiamento privado da CEF



Fonte: Ana Meira, 2008.

⁴ PORTAL DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Histórico do Projeto Monumenta. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, s.d. Disponível em: <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=226>. Acesso em 16 jun. 2022.

⁵ BICCA, Briane apud DIOGO, Érica (Org.). **Recuperação de imóveis privados em centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2009. p. 297.

O terceiro problema, então, decorre das linhas de financiamento disponíveis para imóveis privados, pois nas atuais condições políticas do país, é impensável retomar essa linha de financiamento pela CEF. Porém, a partir de um estudo apresentando possibilidades de atuação, seria possível discutir possibilidades de financiamento com outras instituições, principalmente em nível estadual, como o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). Muitas obras de consolidação, restauração e outras foram realizadas no Rio Grande do Sul com recursos orçamentários da União, do Estado e dos Municípios. Sem dúvida, os recursos públicos diretos e as linhas de financiamento por meio dos bancos públicos são uma importante fonte financiadora que ajuda a ampliar a atuação profissional em obras desse tipo. Segundo a arquiteta Briane Bicca “[...] com as ações do Monumenta, um número significativo de arquitetos, autores de projetos de restauração de imóveis privados, passa a ter essa atividade especializada como oportunidade real de trabalho”.⁶

Pode-se ressaltar a primeira grande obra de restauração executada por uma prefeitura municipal, no estado, que foi no antigo Solar Lopo Gonçalves.⁷ Os recursos foram disponibilizados por meio de convênio entre a Fundação Nacional Pró-Memória e o Município, demonstrando que a combinação de recursos entre níveis governamentais distintos se apresenta, muitas vezes, como a solução para viabilizar as obras. Na edificação histórica foi implantado o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (Figura 3).

Fotografia 3 – Solar Lopo Gonçalves, sede do Museu de Porto Alegre



Fonte: Ricardo Frantz, 2007.⁸

⁶ BICCA, Briane apud DIOGO, Érica (Org.). **Recuperação de imóveis privados em centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2009. p. 297.

⁷ PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Educação e Cultura. EPAHC. **Solar Lopo Gonçalves**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1987. Caderno de Restauo 1.

⁸FRANTZ, Ricardo A. Solar Lopo Gonçalves. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Joaquim_Jos%C3%A9_Felizardo#/media/Ficheiro:Solar-lopo-gon%C3%A7alves.jpg>. Acesso em: 10 jun. 2022

No entanto, essa solução de implantar um museu na casa histórica remete a um quarto problema que muitas vezes ocorre relacionado ao ajuste do novo uso, ou à readequação do uso existente, nos projetos de restauração ou requalificação. Trata-se da falta de clareza sobre a necessária compatibilidade entre o programa de necessidades com a tipologia da edificação existente e, complementarmente, a relevância do uso social quando se trata da aplicação de recursos públicos. Exemplo do primeiro caso foi a incompatível implantação de uma escola secundária na antiga Usina do Gasômetro, que chegou a ser inaugurada no final da gestão do prefeito Alceu Colares. Em relação ao segundo, há escolhas que se repetem e se banalizam, como a implantação de museus e centros culturais nas edificações de interesse cultural, o que é uma visão reducionista face à diversidade de usos que elas podem abrigar. O levantamento sobre a aplicação de recursos públicos e a relação dos usos destinados às edificações contempladas com esses recursos pode esclarecer como ocorreu até hoje e sugerir alternativas para sua diversificação.

Ainda no marco dos três âmbitos de governo, existem as leis de incentivo à cultura que podem facilitar a execução de projetos e/ou obras de restauração. A primeira legislação de incentivo à cultura foi a Lei nº 7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, que permitia abater doações do imposto de renda para projetos culturais.⁹ Cinco anos depois, foi substituída pela Lei nº 8313/1991, conhecida como Lei Rouanet, que continuou viabilizando doações ou patrocínios a partir do imposto de renda de empresas e de pessoas físicas. A sua regulamentação ocorreu recentemente pelo Decreto nº 10.755/21, em um documento sem o necessário rigor técnico e cuja aplicação em projetos e obras de restauração ainda é uma incógnita.¹⁰ Em termos de renúncia fiscal, o mais reconhecido projeto que se estruturou a partir da lei de incentivos federal no Rio Grande do Sul foi o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, que deu origem à criação da Secretaria do Patrimônio Histórico, hoje Setor de Patrimônio Histórico da Universidade (Figura 4), evidenciando a possibilidade de ações integradas entre instituições e iniciativa privada objetivando a preservação arquitetônica.

⁹ MATURANA, Marcio. Lei Sarney foi pioneira no incentivo à cultura. Jornal do Senado, Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/12/20/lei-sarney-foi-pioneira-no-incentivo-a-cultura>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

¹⁰ A falta de entendimento sobre o campo do patrimônio se expressa, dentre outros, na referência ao tombamento dos bens imateriais ao invés de registro, que é a forma de proteção correta dessa categoria de bens.

Figura 4 – Sede da Faculdade de Direito da UFRGS, restaurada com recursos do PRONAC



Fonte: SPH UFRGS, 2021.¹¹

Nessa direção, em nível estadual, foi promulgada a Lei nº 10.846/1996, que instituiu o financiamento e o incentivo às atividades culturais, popularmente conhecida como LIC, com base no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços – ICMS. Em 2010, a Lei foi aprimorada pela de nº 13.490, que instituiu o Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais – Pró-Cultura. Sua aplicação viabilizou muitos projetos e obras de consolidação, restauração e requalificação no RS, como o Museu Getúlio Vargas em São Borja (Figura 5). Nos últimos 25 anos, que se cumprem no presente ano, a LIC se tornou a mais sistemática fonte possível de financiamento para o patrimônio cultural no estado. Embora em menor número, também existem leis de incentivo em nível municipal. No RS, há o exemplo de Santa Maria com a LIC-SM, que apoiou, dentre outros, a “Manutenção e Melhorias da Infraestrutura do Theatro Treze de Maio”.

¹¹ Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/os-predios-historicos/>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

Figura 5 – Museu Getúlio Vargas restaurado com recursos da LIC



Fonte: PORTAL DAS MISSÕES, 2021

O Pró-cultura RS, por meio da Lei de Incentivo – LIC (benefício fiscal aos patrocinadores via ICMS), tem se destacado entre as possibilidades de financiamento de projetos de restauro. No segmento do patrimônio cultural material, a contrapartida é de apenas 5% (ao contrário dos demais segmentos que variaram, ao longo dos anos, entre 10% e 25%). Entre os anos de 1997 e 2014, foram aprovados cerca de 160 projetos no segmento denominado Patrimônio Cultural Material. Sua importância para esta pesquisa reside na quantidade de projetos contemplados ao longo dos anos e na descentralização dos recursos em todo o estado. Consta-se que, embora muitos destes projetos não tenham captado os recursos, a avaliação dos resultados das políticas de financiamento implementadas foca nos produtos oferecidos¹². Em outras palavras, existe uma cisão entre produto e resultado. Esse processo ocorre quando se tem, por exemplo, um projeto de restauro de bem tombado que se transformou em centro cultural, tendo assim valores investidos e a obra realizada. Portanto, trata-se de um produto.

Pelos exemplos referidos, percebe-se um histórico positivo de ações de preservação em diversas cidades do estado. Com relação aos mecanismos públicos, a criação de fundos apresenta-se como uma alternativa indicada, no entanto, de nada adianta a previsão ou existência de um fundo sem a destinação legal e/ou administrativa de verbas contínuas visando ao seu efetivo funcionamento. Além da vontade política dos gestores, fato demonstrado pelo que ocorreu em Porto Alegre com a extinção do Fundo Monumenta Porto Alegre (FUMPOA) por iniciativa da Prefeitura Municipal à época.

¹² INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos FUNDAP**, nº 22, 2001.p. 104.

Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Jaguarão, São Borja, Santa Maria e outras cidades gaúchas, que buscam conservar o seu patrimônio arquitetônico e urbano, apresentaram, ao longo do tempo, variadas modalidades de viabilidade econômica aos proprietários, sejam estes públicos ou particulares. Mas também se verifica uma lacuna entre os estudos e pesquisa recentes na área relacionadas a ações que buscam promover maior incentivo aos proprietários de bens patrimonializados. Entre as possibilidades pouco estudadas se encontra o Estatuto da Cidade, uma legislação que, por meio dos instrumentos urbanísticos e pelas diretrizes estabelecidas, oferece alternativas em relação ao patrimônio arquitetônico e urbanísticos que poucas vezes é explorada em suas potencialidades.

Outro problema a ser abordado é a aplicação fragmentadas dessas ações, bem como um processo de descontinuidade de muitas delas. Em nível municipal, encontra-se uma série de iniciativas voltadas ao tema, destacando-se uma política pública associada com a isenção de impostos. O caso mais conhecido é em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que existiu no município de Porto Alegre e subsiste na cidade de Pelotas. Além desse, identifica-se a possibilidade de relação da preservação patrimonial a outras tributações nas distintas esferas da administração pública, como o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Em uma listagem inicial, então, identificam-se algumas possibilidades de incentivos com vistas à restauração de edificações no RS que já existem ou poderiam ser implantados em benefício das edificações e lugares de interesse cultural:

- Governo Federal: recursos orçamentários diretos, PRONAC (isenção de Imposto de Renda e Fundo), emendas parlamentares federais, isenção específica de Imposto de Renda, Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e o hoje descontinuado financiamento pela CEF;
- Governo Estadual: recursos orçamentários diretos, LIC, emendas parlamentares estaduais, Editais do Fundo de Apoio à Cultura- FAC Patrimônio, ICMS;
- Governos Municipais: recursos orçamentários diretos, LIC, fundos municipais de preservação, incentivos em isenção de impostos como o IPTU e o ISSQN.

Face à dificuldade na obtenção de recursos públicos, justamente pelas lacunas e problemas apontados anteriormente, alguns proprietários passaram a se valer de mecanismos diversos para a obtenção de recursos visando viabilizar serviços e obras de restauração, como campanhas de doação (conhecidas no senso comum como vaquinhas), utilizadas em especial por associações civis, além de doações diretas, realizadas, em geral, por empresas ou instituições.

A ausência de um corpo técnico, a falta de diálogo e ações com outros entes federados e com a comunidade local, o foco no produto e não no processo, a setorialidade da gestão pública municipal, a escassez de recursos financeiros e a falta de continuidade nas políticas públicas têm relegado as questões de preservação a um segundo plano nas políticas públicas municipais de cultura. A identificação do maior número possível de ações buscando o conhecimento do tema, analisando tanto as ações bem-sucedidas como as não concretizadas, é processo fundamental para a busca de uma articulação geral das políticas associadas à preservação do patrimônio no estado do Rio Grande do Sul.

Objetivos propostos:

O objetivo geral da proposta é **propor diretrizes relacionadas a iniciativas e a políticas públicas voltadas ao fomento de recursos públicos e privados visando a preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico**. Para tal, são elencados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Realizar um mapeamento das iniciativas (projetadas e executadas) relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico no Rio Grande do Sul por meio de orçamentos públicos, financiamentos privados, leis de incentivo e outros, propondo, ao final, um mapa interativo com as informações obtidas;
- 2) Verificar a distribuição das iniciativas de acordo com as Regiões Funcionais de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, identificando quais foram melhor contempladas com investimentos e incentivos na execução de projetos e obras de restauração/requalificação bem como localidades menos assistidas, com vistas à proposição de diretrizes visando uma melhor equidade na distribuição dos recursos;
- 3) Verificar as metodologias, as ferramentas e as políticas públicas referenciais utilizadas nas iniciativas de preservação bem-sucedidas por meio de estudos de caso, analisando as relações entre a conservação dos bens e as fontes de financiamento e de incentivo, a fim de propor diretrizes para a superação das dificuldades associadas ao processo de preservação;
- 4) Valorizar e difundir as iniciativas e as políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, por meio de uma maior divulgação de metodologias e ferramentas relacionadas, ao tema a fim de promover a sensibilização e orientação no que tange ao campo de atuação profissional.

Metodologia do projeto de pesquisa:

A pesquisa será de caráter quantitativo e qualitativo, enfatizando o estabelecimento de critérios de hierarquização de demandas e a sua espacialização. Serão empregadas técnicas quantitativas de coleta e

análise de dados, priorizando o uso de *softwares* já em uso pelo contratante e os de acesso livre, procedimento também a ser empregado na espacialização dos dados.

A equipe terá base de formação centrada em Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo. Esse grupo será composto por doutores, mestres e graduandos em arquitetura e urbanismo vinculados à Unisinos e será apoiado por consultores doutores de distintas áreas relacionadas ao tema do financiamento de projetos culturais associados ao patrimônio. Cada etapa de trabalho possui característica específica e cumulativa, o que incide no período de participação dos membros da equipe.

Com um cronograma de trabalho estruturado em doze meses, foram propostas cinco etapas de desenvolvimento sequenciais assim estruturadas: Plano de Trabalho e Estruturação, Levantamento de dados e Diagnóstico, Proposta de mapeamento geral do RS (com espacialização dos dados e definição de regiões e casos prioritários), Estudos de caso e Relatório Final. Após a entrega de cada produto, definida em formato único, propõe-se apreciação passível de ajustes sugeridos pelo contratante.

No Plano de Trabalho e Estruturação, aprofundado no primeiro mês, a partir de contatos com o contratante, será ampliada a análise preliminar dos dados referentes à produção recente de projetos e obras nos patrimônios arquitetônicos e urbanísticos no RS, associados com uma pesquisa documental e acadêmica sobre a temática, estabelecendo relações conceituais e metodológicas iniciais a fim de realizar uma estruturação geral da atividade de pesquisa. Além disto, este é o momento de estruturação da equipe (formalização de contratos e seleção de bolsistas). Ao final do período, será apresentado um relatório detalhado de Plano de Trabalho associado com a nominata de todos os integrantes da equipe de pesquisa. A seguir, serão desenvolvidos os levantamentos de dados e diagnóstico sobre as áreas de atuação relacionadas ao patrimônio nos municípios do RS, analisando as políticas públicas existentes e extintas. Será realizada a sistematização de dados em termos de espacialização, com material educativo e didático na forma de um mapa interativo, que busca apresentar de modo espacial os projetos, obras e ações voltados à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico no RS.

Também nesta etapa será realizada uma coleta geral, incluindo sistematização a análise, dos dados da pesquisa. Trata-se de informações relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico no estado, por meio de leis e dados primários obtidos pelo CAU (via sistema SICCAU) e por demais entidades que têm fomentado o tema, somados a pesquisas documentais e acadêmicas (dados primários e secundários). Os arquivos consultados serão os do IPHAN, EPAHC, SEDAC, IPHAE, MPE, IPHAN, Ministério do Turismo, FAMURS e algumas prefeituras. Cabe destacar que, em 1997, os processos administrativos referentes aos projetos contemplados pela LIC começaram a ser digitalizados, tornando a consulta às informações mais acessível.

Além do diagnóstico das principais políticas existentes e suas aplicações, busca-se identificar as ações possíveis para a viabilização econômico-financeira de preservação e potencializar a implantação e consolidações de mais políticas associadas à preservação de bens arquitetônicos e urbanos em municípios gaúchos, a serem complementados com dados sobre áreas de concentração de imóveis com estas características. Ao final, o produto configurará um Relatório final, realizando uma síntese do processo e dos resultados obtidos. Como recorte temporal para a pesquisa, tem-se como marco a promulgação da Lei nº 10.846/1996, que instituiu o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais no Estado do Rio Grande do Sul.

Na Etapa 3, será apresentada uma proposta geral de ações para o Estado do Rio Grande do Sul. Neste momento, se complementar as informações dos municípios com dados sobre projetos e obras de restauro e se estabelecerá as áreas prioritárias de atuação, bem como a identificação de possíveis lacunas dos processos existentes. Uma cartografia com as iniciativas relacionadas ao patrimônio será realizada, buscando apresentar os níveis de acesso às políticas de financiamento associadas à preservação de bens arquitetônicos e urbanísticos espacializadas por municípios e Regiões Funcional de Planejamento do RS, junto com diretrizes para o aprimoramento das ações patrimoniais. Prevê-se nesta etapa uma pesquisa de tecnologias que possibilitem associar esta cartografia com exemplos de realidade aumentada ou passeio virtual para os casos de destaque.

Após a apreciação do contratante, prevê-se o ingresso na segunda parte da pesquisa, ao longo do 8º e do 9º mês, com o estudo aprofundado de casos específicos (tanto públicos quanto privados), analisando em especial a esfera administrativa estadual (ações existentes e possíveis do Governo do Estado) e municipais, por meio das prefeituras. A partir do estudo inicial, que busca estabelecer um quadro de ações de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico por municípios e regiões do RS, a escolha dos estudos de casos se apresenta como necessária para assegurar o aprofundamento da aplicabilidade das ações. A análise documental terá função importante para obtenção de dados.

Por tratar-se de um momento da pesquisa no qual já existirão dados consolidados, prevê-se a realização de ao menos um artigo acadêmico submetido para publicação em periódico ou anais de eventos relacionados à temática. Os estudos aprofundados serão momentos de interação mais próxima com casos específicos, em especial em contato com municípios e demais instituições de pesquisas, como universidades. Nessa etapa ou na subsequente, prevê-se a possibilidade de realização de evento para apresentação da pesquisa em andamento, junto ao contratante e convidados interessados no tema.

O relatório final, a ser elaborado nos últimos três meses, realizará uma compilação geral dos dados obtidos para as distintas esferas (como governos federal, estadual e municipal, além de proprietários e

profissionais), resultando em um documento completo da pesquisa. Também nesta etapa, prevê-se a realização de material didático, como uma cartilha disponibilizada na forma de um e-book. voltado a apresentar possibilidades de políticas e instrumentos de preservação do patrimônio cultural, para proprietários, profissionais e instituições.

Metas e impactos esperados, inclusive na formação de recursos humanos:

Propõe-se metas e impactos a partir dos objetivos específicos sumariamente apresentados e relacionados aos indicadores listados a seguir. Com isso, pretende-se estruturar uma metodologia de acompanhamento constante das ações tanto por parte dos pesquisadores quanto do contratante.

Assim, a fim de atender o objetivo específico 1, propõe-se como meta “A”: realizar um mapa interativo a partir de uma cartografia de projetos, obras e ações voltados à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico no Estado do Rio Grande do Sul, com dados desde 1996 até os dias atuais, podendo este ser disponibilizado no site do CAU/RS. O impacto esperado é uma maior visibilidade das ações realizadas, possibilitando a ampliação do acesso destas informações para instituições públicas e privadas, agentes culturais e proprietários.

Como meta estabelecida para o objetivo específico 2, propõe-se uma quantificação das iniciativas de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico de acordo com as Regiões Funcionais de Planejamento, identificando a distribuição espacial de recursos financiados ou incentivados em obras de restauração ou requalificação (meta B). O impacto esperado é um diagnóstico da dinâmica das ações em sua relação com a cidade e com as políticas públicas de distintas esferas, relacionadas à valorização do patrimônio, identificando concentrações e locais menos assistidos por estas.

Para o objetivo específico 3 tem-se como meta a sistematização aprofundada das informações existentes relacionadas às fontes de financiamento, propondo diretrizes de aprimoramento (meta C). Para tal, a pesquisa irá estruturar um documento de avaliação dos incentivos e das políticas públicas para os casos bem-sucedidos no período, propondo diretrizes para novos projetos e ações a serem financiados ou incentivados (meta D), tendo como impacto esperado o aprimoramento das políticas públicas em relação aos projetos patrimoniais e difusão entre os atores envolvidos.

Para atender ao objetivo 4 propõe-se a realização de ações de sensibilização e divulgação das possibilidades de financiamento por meio da realização de uma cartilha didática (meta E), em formato *e-book*, incorporando uma síntese da pesquisa desenvolvida, bem como com conceitos relativos ao tema, abrangendo um leque de ações, de promotores e de proprietários dos imóveis (públicos e privados). Também neste sentido, como meta F, será organizado um evento público, na etapa final do projeto, com

o objetivo de apresentar publicamente a cartilha e os principais resultados da pesquisa. Ainda, prevê-se a redação e submissão de ao menos um artigo científico relacionado com o tema da pesquisa durante o período (meta G). Estas últimas metas (E, F e G) têm como impacto esperado promover o efeito demonstração, a fim de incentivar novas iniciativas por meio da sensibilização e orientação no que tange o campo de atuação profissional, historicamente realizado por profissionais arquitetos e urbanistas, consolidando-o.

Por fim, com relação às metas relacionadas à formação de recursos humanos, destaca-se a participação de bolsistas de graduação ao longo da pesquisa, estimulando o interesse pela temática para futuros profissionais arquitetos e urbanistas. Além disso, o desenvolvimento da pesquisa propriamente dita, ao realizar consultas com órgãos públicos, incluindo prefeituras, e agentes relacionados aos processos de preservação, finda por realizar articulações e renovar o interesse nas possibilidades de atuação voltadas às iniciativas patrimoniais.

Indicadores para aferição do cumprimento das metas:

Tendo em vista que a produção é cumulativa, a partir do desenvolvimento das etapas do produto serão realizados momentos de acompanhamento do processo, por meio de reuniões trimestrais ou de relatórios de avaliação, a fim de contribuir para o andamento evolutivo da pesquisa. Na etapa de estudo aprofundado de casos prevê-se a possibilidade de repercussão midiática a partir da apresentação preliminar de dados consolidados relacionados a municípios e, ao longo de todo o processo, prevê-se divulgação em sites e redes sociais da Universidade sobre os avanços da pesquisa.

Buscou-se identificar valores quantitativos básicos, que podem ser ampliados no decorrer da pesquisa, a fim de proporcionar um melhor acompanhamento das metas estabelecidas.

Como indicador do mapa interativo (meta A), tem-se a proposta de mensurar o número de visitas ao site do mapa interativo, estimando-se ao menos 100 visualização para o primeiro trimestre após sua publicação. Além disso, estipula-se como indicador de referência o número de iniciativas identificadas e mapeadas. Pretende-se mapear ao menos 100 iniciativas, desde 1996 até os dias atuais, com uma breve caracterização do bem, assim como da fonte de recurso utilizada para sua conservação.

Para a meta B, tem-se a proposta de realizar uma análise de ações em todas as Regiões Funcionais de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo perspectivas e tendências gerais e específicas para as regiões que se destacam no estudo. Para tal, são estabelecidos os seguintes indicadores: o número de projetos analisados e profundidade da análise da metodologia e a abrangência espacial das iniciativas, estipulando-se que o estudo deve contemplar todas as Regiões Funcionais de

Planejamento do Estado. Outro indicador para a aferição da meta é o número de diretrizes propostas, sendo estabelecido um mínimo de 3, tendo em vista a diversidade de origem dos recursos (públicos, privados ou ações mistas).

Para as metas C e D, relacionadas ao objetivo específico 3, tem-se como indicador fundamental número de projetos analisados (considerados bem-sucedidos). Pretende-se avaliar com maior profundidade ao menos 10 espaços relacionados ao patrimônio arquitetônico e urbanístico no Estado do Rio Grande do Sul, por meio dos estudos de caso, abrangendo o maior número possível de diversidade de ações, promotores e proprietários dos imóveis (públicos e privados). Assim como o objetivo anterior, também será considerado o número de diretrizes apresentadas para as fontes de financiamento, sendo estabelecido como indicador um mínimo de 5. Por fim, também pode-se mensurar a relação (ou falta de relação) entre iniciativas e as legislações, abrangendo, no mínimo, uma regulamentação de cada uma das 3 esferas de governo (municipal, estadual e federal).

Com relação às metas estabelecidas para o Objetivo 4, são estabelecidos os seguintes indicadores:

- Número de envios e de downloads da cartilha (e-book);
- Número de participantes no evento realizado;
- Avaliação do grau de impacto do artigo (número de citações, visualizações e downloads, em caso de publicação do artigo durante o período de realização da pesquisa);
- Número de publicações e reportagens na mídia e nas redes sociais relacionadas à pesquisa;

Descrição das atividades planejadas para o atingimento das metas:

As atividades da pesquisa estruturam-se em 5 etapas, sendo que cada uma delas apresenta características de atividades distintas e é associada a um produto entrega parcial.

A primeira etapa corresponde ao Plano de Trabalho, realizado após pesquisa inicial a partir dos dados existentes disponibilidades e coletados pela equipe de pesquisadores.

Em um segundo momento, na etapa de Diagnóstico, correspondendo aos 3 meses subsequentes, será feita a troca de informações entre CAU/RS e a Unisinos, de modo que se trata de um momento em que serão necessárias reuniões estruturadas e constante troca de informações e materiais. A relação com a Comissão Especial de Patrimônio Cultural (CPC) do CAU/RS para a identificação de ações relacionadas aos objetivos propostos é fundamental a fim de verificar quais as principais demandas existentes, tanto dos municípios quanto do próprio Conselho. Também nesta etapa serão realizadas consultas a instituições externas a fim de verificar informações adicionais nos distintos níveis federativos.

Com relação ao poder público municipal, pretende-se solicitar lista de contato dos municípios à FAMURS, especialmente das Secretarias da Fazenda, e encaminhar ofício solicitando informações sobre a existência de LIC em nível Municipal, a forma de escolha dos projetos (se são realizados editais, por exemplo), a lista de projetos contemplados relacionados ao patrimônio material

No âmbito estadual, pretende-se solicitar à LIC-RS a listagem de projetos aprovados e contemplados relacionados ao patrimônio material e imaterial, a fim de entrar em contato com os proponentes dos que foram executados e dos que não foram (neste caso, para identificar as dificuldades).

Por fim, a nível federal, a proposta é contatar o setor responsável pelo PRONAC para verificar os projetos aprovados pelo Mecenato e por fundos, também visando entrar em contato com os proponentes dos que foram executados e dos que não foram.

Nesta etapa de diagnóstico se iniciará a análise dos dados a partir do cruzamento de informações, resultando na espacialização destes dados de acordo com as Regiões Funcionais de Planejamento, a fim de identificar as políticas públicas relacionadas à preservação de bens arquitetônicos e urbanísticos utilizadas no estado do RS. O diagnóstico será apresentado espacializado e hierarquizado, de modo que as características locais sejam mantidas evidenciadas. Ao final desta fase, pretende-se que o a pesquisa geral por regiões do estado esteja estruturada, com um diagnóstico completo das políticas públicas relacionadas ao tema, tanto as em andamento quanto às efetivadas e, com relação a projetos, obras e planos de patrimônio, em quais municípios se realizou ações, quais estão se estruturando para tal, bem como as principais carências e oportunidades na área.

Em síntese, na Etapa 2, as atividades planejadas para o atingimento das metas são as seguintes:

Atividades para a meta A:

- Contato com instituições externas;
- Pesquisa nos arquivos das instituições sediadas em Porto Alegre – IPHAN, SEDAC/IPHAE, CAU RS, EPAHC, MPE, dentre outros;
- Pesquisa em bases virtuais, a partir de contatos fornecidos pela FAMURS, nos municípios que sediaram obras de restauração e requalificação no Estado do Rio Grande do Sul;
- Cruzamento de informações técnicas sobre atuação profissional no Estado do Rio Grande do Sul, a partir de dados coletados no SICCAU (sobre responsabilidade técnica nos projetos e execução de obras de restauração), PRONAC, orçamentos públicos, programas especiais, LIC etc.;
- Compilação das informações e realização da cartografia final interativa;
- Pesquisar tecnologias que possibilitem associar esta cartografia com exemplos de realidade aumentada ou passeio virtual para os casos de destaque.

Atividades para a meta B:

- Tabulação de dados referentes à localização dos projetos e obras incentivados ou financiados;
- Levantamento, análise e tabulação dos dados referente às propostas de preservação patrimonial realizadas por meio de leis de incentivo à cultura no Estado do Rio Grande do Sul;
- Inserção dos dados no Mapa Interativo;
- Apresentar o número de projetos e valor investido na área de patrimônio em cada uma das instituições pesquisadas ao menos nos últimos 5 anos;
- Apresentar os resultados obtidos de todas as Regiões Funcionais de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul na forma de uma matriz, evidenciando as potencialidades, dificuldades e instrumentos utilizados nos mais diversos casos;
- Cruzamento das informações e estabelecimento das lacunas e potenciais;
- Definição das iniciativas selecionadas para estudos de caso a partir da espacialização e da metodologia e ferramentas aplicadas.

Nas etapas 3 e 4, relativas respectivamente aos estudos e caso e a valorização e difusão das iniciativas e as políticas públicas voltadas à preservação e recuperação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, alguns dos pontos que mais se destacaram do diagnóstico serão aprofundados por meio de cruzamentos de dados específicos, a partir da análise de casos de destaque com maior profundidade. Com isto, serão elaboradas diretrizes que possibilitam a definição de ações prioritárias para ampliar a viabilidade de obras de restauro e de conservação no estado, bem como apontar algumas possibilidades a serem incorporadas nas realizações e revisões da legislação e das ações voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico.

Assim, as atividades previstas para as metas C e D (realizadas na etapa 3), correspondem a:

- Realização de estudos de caso com a fim de avaliar o impacto de projetos de diferentes categorias de análise com maior profundidade;
- Definição dos aspectos metodológicos de cada um dos casos analisados, a partir dos resultados da etapa anterior;
- Consulta direcionada para instituições sobre a existência de LIC em nível municipal, a fim de verificar a forma de escolha dos projetos e a lista de projetos contemplados relacionados ao patrimônio arquitetônico e urbanístico);
- Análise das legislações referentes ao tema e associadas aos estudos de caso, considerando normas de financiamento e regimentos dos programas institucionais que incidiram no Estado do Rio Grande do Sul;

- Realizar a consulta formal, por meio de Ofício ou contato direto, com as instituições e Prefeituras Municipais relacionadas com os estudos de caso;
- Cruzamento das informações e estabelecimento das lacunas e potencialidades;
- Formular e apresentar sugestões para o aprimoramento da legislação e das ações existentes.

As atividades previstas para atender ao Objetivo Específico 4 são as seguintes:

- Produção e editoração da cartilha didática junto à Editora da Unisinos, incluindo revisão, diagramação, ilustração, a taxa da Biblioteca Nacional e o trabalho de transformar em formato *e-book*;
- Organização e realização de ao menos um evento público;
- Redação e submissão para publicação de ao menos um artigo científico com os resultados (preliminares ou finais) da pesquisa;
- Organização de informações e dos resultados para divulgação nos sites e redes sociais da Universidade e do CAU RS.

Nos últimos meses, a etapa 5 (Relatório Final) consistirá na elaboração do produto completo, composto pelas etapas anteriores revisadas e compatibilizadas, de modo que todos os elementos relevantes do diagnóstico tenham alguma diretriz de ação proposta. Aqui, prevê-se um momento final de apreciação do contratante para posterior entrega definitiva.

Ao longo de todas as etapas serão realizadas reuniões de acompanhamento e avaliação com o contratante, em especial no primeiro momento de coleta de dados e após a entrega de cada produto previsto. Além disto, há a possibilidade de pesquisas com municípios e entidades sobre políticas públicas, a fim de subsidiar as diretrizes propostas e ampliar a viabilidade de implantação destas.

Resultados esperados:

Como resultado esperado tem-se um material acadêmico aplicado, apresentando claramente uma relação histórica das ações de financiamento voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico no Estado do Rio Grande do Sul, bem como diretrizes para ampliação das ações existentes e possibilidades voltadas aos distintos agentes (poder público, iniciativa privada, proprietários e profissionais).

Este resultado geral é obtido de acordo com a realização de cada um dos objetivos específicos, de modo sequencial e cumulativo. Desta forma, tem-se os seguintes resultados parciais:

O objetivo 1 prevê como resultado uma melhor compreensão sobre as iniciativas relacionadas à conservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico realizadas, considerando o tipo de iniciativa e a distribuição de ações no Estado do Rio Grande do Sul.

Tem-se 3 resultados esperados para o objetivo 2: 1) ampliação do alcance das informações sobre os financiamentos e incentivos, subsidiando com possibilidades os proprietários dos imóveis protegidos; 2) definição de áreas prioritárias de atuação profissional a partir da proposição de diretrizes gerais com possibilidade de aplicação no Estado do Rio Grande do Sul, considerando as distintas realidades regionais e características do patrimônio; e 3) proposta de diretrizes visando uma equidade na distribuição de recursos de leis de incentivo e ações públicas no território estadual.

O objetivo 3 prevê como resultado a proposta de diretrizes estratégicas para ampliar as possibilidades econômico-financeiras de preservação patrimonial. Além disso, propõe-se um documento com avaliação das iniciativas e políticas públicas bem-sucedidos, ao menos dos últimos 5 anos, com diretrizes para novos projetos e ações a serem financiados ou incentivados.

Já para o objetivo 5 prevê-se, ao menos, 4 resultados:

- Ampliação do número de profissionais e interessados na temática do patrimônio;
- Difusão do conhecimento sobre as formas de financiamento dos projetos e das obras de conservação e preservação no Estado do Rio Grande do Sul;
- Divulgação de iniciativas relacionadas ao patrimônio arquitetônico e urbanístico no Estado, a fim de fomentar mais ações de preservação, bem como indicar possíveis formas de financiamento;
- Popularizar e divulgar, de modo mais acessível, os resultados do estudo.

Entregas geradas ao final do projeto (ex. relatórios, registros de atividades, publicações, matérias em sítio de internet, etc.):

O produto final será um relatório técnico dos dados levantados com a especialização da atuação profissional em projetos, planos e obras de restauro, bem como de instituições que apresentam políticas relacionadas a viabilização econômico-financeira de ações associadas ao patrimônio. Também, ao longo do projeto, prevê-se a divulgação da pesquisa e do convênio, por meio de entrevistas e notícias na mídia em geral e nos sites e redes sociais da Unisinos.

Como entregas parciais, resultado de cada uma das etapas de trabalho, serão apresentados relatórios finais das etapas apresentando os resultados preliminares alcançados.

Após aprovação do Plano de Trabalho, o objetivo específico 1 terá seu resultado entregue na forma de um relatório (relatório 2), apresentando os resultados da pesquisa de levantamento e diagnóstico já tabelados e organizados. Também neste momento está prevista a entrega do segundo produto: o mapa interativo, digital, juntamente com a metodologia aplicada para sua construção.

O objetivo 2 será apresentado nos Relatórios das Etapas 2 e 3, apresentando os resultados esperados, fundamentando a relação entre as possibilidades de financiamento e o patrimônio arquitetônico e urbanístico já utilizadas no Estado do Rio Grande do Sul no período. O relatório da Etapa 3 corresponde a ao levantamento, análise e tabulação dos dados e as sugestões de aprimoramento por meio de diretrizes para a distribuição mais equânime de ações e de recursos no Estado do Rio Grande do Sul.

A penúltima entrega corresponde ao relatório 4, que apresenta estudos de caso e diretrizes para ações de preservação, apresentando os resultados da avaliação dos impactos de ações, de projetos e de obras em edificações e espaços de interesse cultural na atuação profissional dos arquitetos e urbanistas

O relatório 5 é o que apresenta maior quantidade de produtos previstos, tendo em vista tratar-se de um momento de consolidação da pesquisa dos resultados para o produto final. Assim, são previstos os seguintes produtos:

- Relatório da Etapa 5 (final), apresentando os resultados do estudo, incluindo desde a avaliação dos impactos de ações, projetos e obras em edificações e espaços de interesse cultural, até as especificidades dos estudos de caso, propondo diretrizes estratégicas a fim de ampliar as possibilidades econômico-financeiras de preservação patrimonial;
- Relatório e *clipping* (anexado ao Relatório Final) com a repercussão da cartilha didática (*e-book*), do artigo e do evento público;
- Evento Público;
- Cartilha didática (em formato e-book) realizada na última etapa da pesquisa propriamente dita, material que tem a possibilidade de popularizar e divulgar os resultados do estudo;
- Artigo acadêmico.

Orçamento detalhado e adequado aos objetivos da proposta de projeto de pesquisa, discriminado o montante de recursos a ser aplicado no projeto, conforme item 11 do edital, com detalhamento, discriminando docentes e discentes, dos valores destinados às bolsas, limitado ao valor máximo por projeto previsto no edital:

I – Custeio:

- Material de Consumo R\$ 409,60;
- Serviços de terceiros - pagamento integral ou parcial de contratos para pessoa física ou jurídica, de caráter eventual R\$ 9.150,00;
- Taxas obrigatórias: R\$ 0,00;
- Passagens e diárias (não devem exceder 20% do valor do projeto de pesquisa) R\$ 0,00.

II – Bolsas:

- Bolsas de pesquisa para iniciação científica de alunos de curso de Arquitetura e Urbanismo já vinculados às instituições R\$ 16.000,00;
- Bolsas de pesquisa de docentes, podendo ser uma equipe multidisciplinar, desde que pelo menos o responsável pela pesquisa seja arquiteto e urbanista, já vinculados às instituições R\$ 99.343,20.

Cronograma físico-financeiro, com descrição detalhada das atividades e dos valores a serem aplicados em cada etapa do projeto:

ETAPA 1 - Plano de Trabalho detalhado e Estruturação da Equipe – mês 1

Início do projeto de pesquisa, com reuniões gerais internas de todas as equipes do projeto, além de reuniões com o contratante, a fim de ajustar o escopo com a metodologia e iniciar a análise de dados. Nestas reuniões, em especial na relação com o CAU/RS, pretende-se alinhar as atividades a fim de atender plenamente as expectativas do contratante com relação aos resultados esperados. Além disso, trata-se de um momento necessário para organização administrativa da pesquisa, como seleção de bolsistas e organização das horas dos docentes junto à Unisinos. Prevê-se, ao final do primeiro mês, a entrega do Produto 1. Com relação ao cronograma de desembolso, propõe-se uma parcela inicial com o pagamento do valor total de recursos solicitados, simplificando assim os processos administrativos de modo a evitar prejuízos no cronograma de execução da pesquisa. Além dos valores de bolsas da equipe de coordenação, no primeiro mês já serão pagas a parcela inicial já estão previstos os custos de material de custeio necessários, as taxas administrativas e o pagamento parcial do consultor externo à Universidade, Prof. Dr. Leonardo Castriota (UFMG).

ETAPA 2 – Diagnóstico - meses 2, 3 e 4

Realização da análise e início do diagnóstico geral do Estado. Neste momento reuniões eventuais e troca de informações periódicas com o contratante serão mantidas, em especial com a Comissão Especial de Patrimônio Cultural (CPC) do CAU/RS, nas quais serão estabelecidas prioridades do diagnóstico. Também será realizada uma revisão teórica das pesquisas recentes relacionados ao tema, bem como o contato com instituições externas (como FAMURS, LIC-RS, Municípios, agendes de captação do tema e proprietários). Desenvolvimento do diagnóstico por meio do cruzamento de todos os dados previamente coletados e já indicando características iniciais de cada região. Finalização do diagnóstico a partir do cruzamento final de todos os dados obtidos. Em reuniões gerais (internas e em conjunto com o contratante) será estabelecida uma hierarquização da implantação de políticas voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico e

urbanístico e de efetivação das ações de viabilidade às obras e serviços relacionados à temática por municípios e regiões do RS. Ao final será realizado um diagnóstico completo da situação do RS com relação à temática, evidenciando as potencialidades, dificuldades e instrumentos utilizados nos mais diversos casos. No primeiro e no último mês está prevista a participação maior dos consultores técnicos de pesquisa (voltados à investigação das leis de incentivo e a espacialização dos dados).

- Integrantes da equipe nas atividades do mês 2: equipe de coordenação, participação de consultores e bolsistas de graduação;
- Integrantes da equipe nas atividades do mês 3: equipe de coordenação e bolsistas de graduação;
- Integrantes da equipe nas atividades do mês 4: equipe de coordenação, participação de consultores e bolsistas de graduação (finalização do diagnóstico).

ETAPA 3 – Proposta Geral para o RS - meses 5, 6 e 7

No início da etapa propositiva, a partir do diagnóstico realizado, parte-se para a definição de ações prioritárias relacionadas ao patrimônio arquitetônico e urbanístico por regiões e municípios no RS. Será realizada uma proposta geral de instrumentos possíveis de serem aplicados no estado do RS, destacando casos diferenciados por Regiões Funcionais de Planejamento e casos de destaque a nível municipal. Nesta etapa, prevê-se a estruturação de um plano geral, com possibilidades temporais, metas e indicadores para cada ação específica. Ao final, será realizada a consolidação e espacialização dos dados, redação do relatório e revisão geral para a entrega do Produto 3 – Proposta Geral, envolvendo tanto a equipe de coordenação, os consultores técnicos para cada temática e os bolsistas de graduação.

- Integrantes da equipe nas atividades do mês 5: equipe de coordenação, participação de consultores e bolsistas de graduação);
- Integrantes da equipe nas atividades do mês 6: equipe de coordenação, participação de consultores e bolsistas de graduação;
- Integrantes da equipe nas atividades do mês 7: equipe de coordenação, participação de consultores, e bolsistas de graduação).

ETAPA 4 - Estudos de caso e Diretrizes para ações de preservação – meses 8 e 9

Neste momento serão desenvolvidas e aprofundados os aspectos e características de cada uma das regiões. Trata-se de um momento em que os contatos com municípios selecionados na etapa anterior serão realizados, buscando analisar com profundidade os casos existentes, as possibilidades e as dificuldades e limites encontrados. A partir de uma maior profundidade por meio dos casos estudados,

para cada região serão indicadas a proposição de diretrizes para a implantação de ações de preservação do patrimônio no RS, hierarquizadas e regionalizadas e níveis de demanda. Realização de um artigo acadêmico submetido para um periódico de destaque ou para um evento acadêmico relacionado à temática com os resultados preliminares da pesquisa. Ao final do 9º mês prevê-se a realização do relatório da Entrega 4 – Estudos de caso e Diretrizes para ações de preservação, consolidando e validando as informações da etapa anterior. Ainda no mês 9, já estão previstos os recursos iniciar as atividades de editoração, diagramação e ilustrações da cartilha didática em formato *e-book*.

- Integrantes da equipe nas atividades do mês 8: equipe de coordenação, participação de consultores e bolsistas de graduação;
- Integrantes da equipe nas atividades do mês 9: equipe de coordenação, participação de consultores e bolsistas de graduação; pagamento de serviços de terceiros relacionados à editoração da cartilha em formato *e-book*.

ETAPA 5 - Relatório Final - meses 10, 11 e 12

Momento da finalização e apresentação do produto final, com a revisão final e entrega de todas as etapas desde a análise e diagnóstico até a hierarquização de demandas e ações e as diretrizes finais. Nesta etapa será finalizada a cartilha com caráter didático voltada a proprietários, profissionais e instituições públicas e privadas. Trata-se de um momento de revisão final e consolidação dos dados, trabalhos já como informações, de modo a possibilitar a articulação dos estudos iniciais, materiais teóricos e situações abordadas nas etapas anteriores. No 10º mês, assim como nos produtos iniciais, está prevista a participação de toda a equipe técnica para realizar uma avaliação integral da pesquisa.

- Integrantes da equipe nas atividades do mês 10: equipe de coordenação, participação de consultores e bolsistas de graduação;
- Integrantes da equipe nas atividades do mês 11: equipe de coordenação, participação de consultores e bolsistas de graduação (estruturação final);
- Integrantes da equipe nas atividades do mês 12: equipe de coordenação (finalização da pesquisa, com revisão final do produto).

Infraestrutura básica e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto:

A Unisinos é reconhecida internacionalmente por seu quadro técnico altamente qualificado e pela excelente infraestrutura disponibilizada, garantindo todo o suporte necessário para a realização da pesquisa por parte dos pesquisadores, consultores e bolsistas. Sua excelência é reconhecida por sua

atuação a mais de 50 anos como uma das principais universidades do Rio Grande do Sul e do Brasil. A Unisinos inclui-se entre as três maiores instituições de ensino do estado estando situada entre as 20 melhores do Brasil por avaliação do MEC e de diferentes *rankings* como o Guia Estadão. O Curso de Arquitetura e Urbanismo Inclui-se entre os Acreditados junto ao Mercosul o que lhe permite intercâmbio em pesquisa, docente e discente com os mais conceituados cursos da América do Sul pelo Programa de Mobilidade Acadêmica dos Cursos Acreditados no Mercosul - Programa MARCA.

Inicialmente, pode-se destacar a Biblioteca e o Memorial Jesuíta. A sede da biblioteca central está localizada em prédio projetado para esta finalidade, dotado de salas de acervo, salas de trabalho e de reunião com uma área total de 37.000,00 m². A biblioteca Unisinos possui um dos maiores acervos da América Latina. Sua estrutura, com mais de 700 mil itens, estimula a investigação e dá suporte às aulas, à pesquisa e à reflexão. No Campus Porto Alegre, a Biblioteca oferece, em uma área total de 227,38 m², bibliografia dos cursos ofertados no campus, espaços para estudo individual e em grupo.

A UNISINOS tem acesso ao Portal de Periódicos CAPES (que disponibiliza mais de 45 mil títulos de periódicos) e assina a EBSCOhost (plataforma que permite a consulta em diversas revistas de conteúdo acadêmico e científico). Estão à disposição dos usuários, por meio de assinatura, mais de 6.000 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros, de caráter geral ou altamente especializado. A Unisinos mantém periódicos digitais próprios, que apresentam a produção intelectual de pesquisadores e estudantes de pós-graduação da universidade e de outras instituições parceiras. Os periódicos da Unisinos estão disponíveis em: <http://www.unisinos.br/institucional/periodicos-unisinos>.

Digno de Destaque o Memorial Jesuíta reúne um raro acervo composto de obras editadas entre os séculos XV e XX com mais de 200 mil livros, bem como 1.200 títulos de periódicos e milhares de documentos históricos. As coleções que compõem o acervo do Memorial Jesuíta foram unificadas para preservação, guarda, organização e difusão.

A Unisinos disponibiliza um bom número de laboratórios de informática nos campi – São Leopoldo e Porto Alegre. No campus de São Leopoldo, dispõe de 54 salas de informática. Além das salas de informática, a UNISINOS possui 8 salas públicas de informática, totalizando 221 computadores, sendo que destes 72 estão alocados na Sala Pública de Informática da Biblioteca. Em Porto Alegre, além de laboratórios públicos, disponibiliza laboratórios móveis, composto de 125 notebooks com softwares básicos e especializados instalados. Tanto Laboratórios como Salas de Aula são equipados com projetores multimídia, WIFI livre e Computadores dotados dos seguintes Softwares: Adobe Acrobat, Adobe Air, Adobe Creative Suite 3 Design Premium, Adobe Creative Suite 5 Master Collection, Adobe Dreamweaver CS5, Adobe Flash Player, Adobe Illustrator CS5, Adobe InDesign CS5, Adobe Photoshop CS5, CorelDRAW,

Inkscape, AutoCAD, DWG Viewer, Revit, Dialux, SketchupPro, V-ray, 3D Studio Max, 3D Studio Max, ENVI, ArcGIS, Datageosis e TOPOEVN, entre outros.

Além dos laboratórios de informática, o Laboratório de Modelos, Maquetes e Protótipos também poderá ser utilizado para estudos aprofundados dos casos. Trata-se de um local destinado a apoio de atividades teóricas, tais como a construção de modelos, maquetes, protótipos, composição plástica, prototipagem e soldagem, dotado de equipamentos de execução em acordo com as normas de segurança. Nesse espaço, os estudantes e pesquisadores desenvolvem maquetes dos mais diversos materiais tendo a sua disposição prototipagem avançada: impressoras 3D, corte a laser e fresadora. A Unisinos dispõe em seu departamento de Cartografia e Topografia de Drones e Scanners de alta performance que permitem levantamentos em 3D com excelente resolução.

O Mestrado Profissional em Arquitetura e Urbanismo edita a publicação científica intitulada *Arquitetura Revista* (ISSN:18080-5741). A *Arquitetura Revista* volta-se à publicação de estudos originais e inéditos desenvolvidos na área da Arquitetura e Urbanismo, inseridas no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Possui foco e escopo em temáticas centradas na prática arquitetônica em seus aspectos funcionais, compositivos, tipo morfológicos e técnico-constructivos bem como nas dinâmicas de formação, crescimento e desenvolvimento das cidades em termos socioespaciais, culturais, econômicos e ambientais. Classificada com o conceito A4 no QUALIS/CAPES, a *Arquitetura Revista* participa do Portal de Periódicos da CAPES e é o primeiro periódico científico brasileiro e o terceiro na América Latina da área a ser incluído no Arts & Humanities Citation Index da Web of Science, mantido atualmente pela Thomson Reuters Scientific. Além disso, encontra-se indexado no sistema SCOPUS, LATINDEX e sistema REDALYC, dentre outros. O Mestrado Profissional em Arquitetura e Urbanismo possui a sala de Pesquisa, localizado na Sala C01 213 (com 7 computadores, impressora e plotter), e dispõe de espaço para desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e de reunião entre pesquisadores, apropriado para receber o projeto de pesquisa apresentado.

Assim, considera-se que há uma diversa e capacitada infraestrutura para dar suporte aos pesquisadores bolsistas relacionados à pesquisa, de modo que serão disponibilizadas salas de aula e laboratório para dar suporte à realização das atividades e produtos.

Por fim, destaca-se a Editora Unisinos. Fundada em 1993, a Editora Unisinos publica obras de caráter acadêmico, de autores nacionais e estrangeiros de títulos que primam pela qualidade científica e cultural. Para assegurar a excelência de suas edições, todos os manuscritos encaminhados à editora são avaliados por seu Conselho Editorial. Assim, prevê-se a editoração e produção da cartilha didático-pedagógica, em formato *e-book*, relacionada à pesquisa junto à Editora Unisinos.

Cronograma de Desembolso

Valor proposto ao CAU/RS – R\$ 124.902,80 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e dois reais e oitenta centavos)

Valor da parcela inicial a ser paga em até 30 dias da assinatura do contrato: R\$ 124.902,80;

Valor da parcela final R\$: 0,00;

Pagamento em Mês/Ano: setembro de 2023

Declaração:

Na qualidade de representante legal da IES proponente e de pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa ora apresentado, declaram, para fins de comprovação junto ao CAU/RS, para os efeitos e sob as penas da Lei, que a IES proponente possui instalações, capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do projeto de pesquisa científica acadêmica apresentado e o cumprimento das metas estabelecidas.

Pedem deferimento.

SÃO LEOPOLDO, 29 DE JUNHO DE 2022

SERGIO EDUARDO MARIUCCI

Reitor da Unisinos

ANA LÚCIA GOELZER MEIRA

Pesquisadora Responsável

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 30/06/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento Contrato
Referência 11224_30062022000000_Req 1111-22 - CAU - ANEXO 1 -
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 30/06/2022
Validade 30/06/2022 até Indeterminado
Hash Code do Documento 524347F48A87851D252349597AC1BF29B902E30345F6927C38257C792F4132E9

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte) Coordenador(a)

Relacionamento 92.959.006/0008-85 - UNISINOS

Representante

CPF

Ana Lúcia Goelzer Meira

263.847.010-49

Ação: Assinado em 30/06/2022 17:41:17 - Forma de assinatura: Usuário + Senha

IP: 172.68.223.143

Info.Navegador Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/103.0.0.0 Safari/537.36

Localização Latitude: -30.033914/ longitude: -51.2386869

Tipo de Acesso Normal

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.